



Educação e violência

Entrevista com Pedro Goergen

Apresentação

O Prof. Pedro Goergen é doutor em Filosofia pela Ludwig Maximilians Universität München (1975) e pós-doutor pela Universidade de Bochum, no Instituto Max Planck da Alemanha. Atualmente é professor titular da Universidade de Sorocaba - Uniso e professor titular (colaborador) da Universidade Estadual de Campinas. Com vasta experiência na área de Educação, com ênfase em Filosofia da Educação, o professor atua e publica principalmente nos seguintes temas: Educação, Universidade, Ética, Formação de professores e Teoria Crítica. Nessa entrevista, o Prof. Pedro Goergen é convidado a refletir sobre a violência adentrando o contexto da educação. As questões propostas nessa entrevista partem das ideias de que o termo violência, tal como consta nos dicionários, está vinculada ao uso de força física e intimidação moral em atos que podem culminar em acidente, morte ou trauma psicológico e que há sensação de que ela está tão presente no nosso cotidiano, a ponto de tal palavra ganhar novos complementos, tais como: violência doméstica, violência no cotidiano escolar, violência urbana, física, moral, sexual, patrimonial entre outros.



REU: Como ampliar essa definição, ou é possível acrescentar outros aspectos ao termo violência?

Pedro Goergen: Certamente o termo violência é hoje tão difundido quanto, talvez, nunca antes. Tradicionalmente, violência se relacionava fortemente com atos relacionados à agressão física, deixando marcas claras, não raro indeléveis, nas pessoas agredidas. O melhor exemplo é o da violência física. Isto não significa que a agressão fosse sempre considerada violência. Havia pessoas que, em função de seu status social, familiar, político, religioso ou econômico tinham como que o



direito, quando não o dever, de praticar atos agressivos contra transgressores, sem que isso fosse considerado algo condenável. No contexto da educação, por exemplo, os pais, professores, autoridades políticas ou mesmo religiosas tinham o direito de castigar fisicamente os filhos, alunos, súditos ou devotos em nome da ética, ou seja, em nome de expectativas comportamentais, supostamente corretas e necessárias. Em casos extremos, mas nada raros, justificava-se até mesmo a agressão até a morte, em nome dos costumes, da religião, da ordem, como ocorreu e ainda ocorre no direito, na política e na religião. A intolerância política nas ditaduras, a violência religiosa nas inquisições e a violência social nos sistemas de castas são exemplos claros destas tradições. A violência é a imposição, pela força, da vontade dos mais fortes sobre os mais fracos. Historicamente, esta definição assume visibilidade ostensiva, inclusive com intenção intimidativa, para que as pessoas ajustassem, preventivamente, seus comportamentos por medo dos castigos e violências que os aguardavam, caso não ajustassem seus comportamentos, convicções ou opiniões à vontade dos dominantes. As execuções públicas, do passado, como as fogueiras da inquisição e os enforcamentos em praça pública, tinham exatamente essa função de intimidação. Isto nos mostra que a violência passa por uma ‘evolução’ estratégica e cultural, adaptando-se às circunstâncias de modo tal que ela possa continuar sendo praticada de modo velado, mas sempre eficiente como mecanismo violento de imposição da vontade e dos interesses dos mais fortes e poderosos. No passado, tanto a violência física quanto, sobretudo, as formas mais veladas de violência de ordem psicológicas ou morais, como os assédios classistas, racistas, sexistas que aconteciam, sobretudo, nos espaços de certo modo reclusos da família, da religião, da escola e outros eram pouco debatidas porque eram consideradas um ‘direito’ das autoridades destes ambientes para garantir a ordem, a obediência e a submissão consideradas necessárias ao funcionamento da sociedade. Hoje, ao que me parece, conseguimos avanços muito importantes com um novo e ampliado conceito de violência que ultrapassa em muito os limites da violência física. Isto se deve, em boa medida, à evolução dos recursos para a prática da violência que acompanha de perto a evolução da técnica. Desde o início, a evolução da técnica está marcada pela ambivalência do seu uso. O instrumento que serve ao homem para se defender e garantir seu sustento serve também para agredir e dominar seu semelhante. Podemos dizer que a história da humanidade está marcada pela dialética do amor e da violência, sempre marcada pelo desenvolvimento da técnica. Por isso, com a fantástica evolução da ciência e tecnologia na modernidade, também alcançamos as mais refinadas e efetivas formas de exercício da violência.

REU: No contexto atual, qual a relação entre tecnologia e violência?

Pedro Goergen: Sim, hoje vivemos a era da ciência e tecnologia. Desde os primórdios da modernidade, aí por volta dos Séc. XVI e XVII, inicialmente o mundo ocidental e, paulatinamente, a humanidade como um todo, vêm passando por uma profunda transformação, em vista, primeiro, da ciência e, a partir do Século XIX, da tecnologia. Se lembrarmos que, até a invenção da máquina a



vapor, a velocidade máxima alcançada pelo ser humano era no lombo de um cavalo, podemos imaginar a celeridade das transformações que ocorreram desde então. No centro de todo este movimento está o aumento do poder do ser humano, tanto diretamente sobre os outros seres humanos, quanto indiretamente pela violência contra natureza cuja destruição, como se sabe hoje, é a mais fatal das violências: o fim da própria humanidade. Importa, então, destacar que a violência é uma forma de procedimento (des)humano sempre estreitamente imbricado no curso histórico-cultural, desde o início da modernidade cada vez mais ligada à ciência e tecnologia. Quando certas formas de violência já não são mais toleradas e aos poucos superadas, não impede que outras, mais sutis e culturalmente mais ‘depuradas’, apareçam. De fato, é isto que ocorre com o surgimento da ciência e tecnologia. Com elas, não só são introduzidas novas e veladas formas de violência, mas elas próprias passam a incorporar novas formas de violência. Se antes os poderes político e religioso justificavam o exercício do poder com violência, agora é a ciência e tecnologia que assumem este papel. Como dizem Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*, “o poder do sistema sobre os homens cresce na mesma medida em que os subtrai ao poder da natureza” ou, em outra passagem “a racionalidade técnica hoje é a racionalidade da própria dominação”. Não se trata, evidentemente, de imputar *tout court* à ciência & tecnologia uma intrínseca relação com a violência, mas simplesmente de reconhecer que ela pode exercer um papel ambivalente, ora de máximo bem, ora de abominável mal, a depender da disposição moral dos seres humanos. Na medida em que ciência e tecnologia se tornam um fim em si mesmas, descolando-se de seu sentido humano, elas podem se transformar em mecanismos de violência em duplo sentido: de um lado, impondo-se como fim em si mesmas, sobrepondo-se, assim ao humano e, de outro, usando seu extremo e sutil poder de influência para levar o ser humano e a sociedade por caminhos estranhos, perigosos e indesejados. Do ponto de vista sistêmico, a violência que, no passado, era exercida de forma ostensiva pelo Estado e pela Igreja, hoje é assumida pela ciência e tecnologia. Não devemos esquecer, como já disse antes, que ciência e tecnologia são fonte de incomensurável progresso, mas também portadoras de enormes riscos.

REU: Qual a relação entre meios de comunicação e violência?

Pedro Goergen: Desde logo, é preciso lembrar que os meios de comunicação contemporâneos são um caso especial da tecnologia sobre a qual viemos falando e que, portanto, se aplicam a ela as considerações feitas anteriormente. Como no caso da tecnologia em geral, ninguém pode imaginar o mundo atual sem os meios de comunicação. De fato, os meios de comunicação conectam as pessoas e o mundo. Lembro-me do tempo em que eu estudava na Europa. A comunicação com minha família ou com amigos se dava por cartas. Uma carta levava cerca de duas semanas para chegar ao seu destino. A resposta, na melhor das hipóteses, chegava após duas ou três semanas. Quem gostaria de voltar a este passado se tal operação, antes de um mês, hoje se realiza em segundos? Além



da velocidade, é importante lembrar o aspecto da abrangência dos atuais meios de comunicação. Se antigamente a postagem de uma carta difamatória atingia um círculo restrito de pessoas, hoje a postagem de uma mensagem difamatória pode, em segundos, atingir milhares de pessoas em qualquer lugar do mundo. Hoje a comunicação se dá *online*, sem limites nem fronteiras. Mais uma vez, é preciso lembrar a ambiguidade destes recursos que faz deles ferramentas boas e úteis ou agressivas e invasivas, a depender de seu uso. Uma das mais desafiadoras questões é o fato de estes recursos serem de difícil controle. Efetivamente, vivemos num *wild west*, num mundo sem norma e sem lei, num mundo em que se impõem a esperteza e a força, sem respeito ou limites. Por isso, um dos maiores desafios hoje é superar a violência praticada no anonimato. Violenta-se a intimidade, destroem-se carreiras e vidas como um espetáculo bárbaro e violento sob a proteção do anonimato eletrônico. Se descobertos, a retratação dos malfeitores tem efeito restrito por que o mal está feito, é irreversível. Esta realidade, moralmente refratária, nos sugere a necessidade de uma nova ética, uma ética da responsabilidade e do respeito, visto que os sistemas tradicionais de normatização e penalização não surtem mais efeito. A sociedade aspira por novos limites e formas de controle dos mecanismos cibernéticos de invasão da privacidade, da mordaz violência gerada por autores anônimos, mas ninguém sabe se algum dia isso será possível devido à velocidade, a tecnicidade e a imperscrutabilidade dos recursos tecnológicos, dia a dia mais sofisticados e eticamente intangíveis. Assim, por exemplo, a promoção constante e persistente do verdadeiro surto de felicidade individual, tão presente na mídia, que desconsidera o público e o coletivo, alcançável apenas pelo dinheiro e pela posse, é uma forma silenciosa de condenação violenta e sofrida dos marginalizados, dos excluídos que não têm os devidos recursos para a compra de sua felicidade. A grande maioria da população, além de condenada a esta situação, ainda é estigmatizada como responsável pela sua própria desgraça porque são preguiçosos, ignorantes, marginais ou viciados. E, como a experiência mostra, toda a discriminação leva, cedo ou tarde, de uma forma ou de outra, à violência. De um lado, os meios de comunicação sistêmicos induzem à interpretação unilateral, seletiva, tendenciosa e ideológica da realidade; de outro, e como se isto não bastasse, promove-se a espetacularização dos fatos e a estetização da miséria para consolo e regozijo de consciências, por ventura, ainda sensíveis. Outro viés dessa mesma estratégia é o uso de recursos midiáticos de indução das crianças ao consumo e ao descarte, levando à perda das referências éticas, disso que se poderia chamar de substância ética humana e ambiental. Ambivalente e notoriamente contraditória é a simultânea difusão do consumismo, ou seja, do desprezo pelo valor de uso e o discurso da preservação do meio ambiente. Na verdade, a maioria das pessoas sequer se dá conta da violência sofrida: uma violência indolor, porém não menos lesiva, da exposição, da invasão, da despersonalização, da dessubjetivação. Quando isso ocorre, o mal está feito e é irreversível. A violência contra a privacidade é incontornável porque se perde nas difusas e anônimas multidões de *voyeurs* espalhados pelo mundo inteiro. Tanto os autores quanto os receptores se escondem no anonimato; somente a



vítima, indefesa, aparece como que despida, exposta à luz do dia. Embora este processo de dessubjetivação seja central à cultura contemporânea, há outros aspectos, de ordem sistêmico/política, não menos preocupantes. Refiro-me aos *hackers* ou *Dukas*, como também são chamados, que acessam ilegalmente sistemas digitais, públicos ou privados, violando não só a privacidade de pessoas, mas de órgãos públicos para obter informações e dados de grande interesse político e/ou econômico, tal como pode ter ocorrido nas recentes eleições americanas, com possíveis efeitos sobre os resultados finais do polêmico pleito. Enfim, ainda que os meios de comunicação sejam uma enorme conquista da humanidade, não podemos desconsiderar os riscos que seu uso inadequado pode trazer para os indivíduos e para a sociedade como um todo. São proféticas as palavras com as quais Walter Benjamin finaliza seu artigo ‘A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica’, publicado em 1955: “Na época de Homero, a humanidade oferecia-se em espetáculo aos deuses olímpicos; agora, ela se transforma em espetáculo para si mesma. Sua autoalienação atingiu o ponto que lhe permite viver sua própria destruição como um prazer estético de primeira ordem”.

REU: Há violência no cotidiano escolar? Como ela se configura?

Pedro Goergen: Nas considerações precedentes, imagino ter deixado claro, pelo menos em subtexto, que a violência pervaga a sociedade como um todo. Também a escola hoje não é um espaço isolado da sociedade, como muitas vezes ainda se supõe ou se espera. Isto certamente ocorre porque, tradicionalmente, a escola, até por ser de elite, era considerada um lugar à parte, separado do restante da sociedade; um ambiente onde crianças e jovens passavam parte do seu tempo para, em contato com seus mestres, se educar, incorporando conhecimentos, habilidades e também aprendendo as normas de bom comportamento. São todos aspectos que, de uma maneira ou outra, aumentavam a distância entre os escolhidos que tinham acesso à escola e os excluídos que ficavam fora dela. A escola estava, portanto, de alguma forma protegida das mazelas sociais, hoje onipresentes, como as drogas e a violência. Com a interconexão dos espaços sociais, acelerada nas últimas décadas, esta situação mudou profundamente. A escola se integrou na sociedade e a sociedade se integrou na escola. Ela se tornou um espaço como qualquer outro, sem salvo-conduto que a protegesse da violência. Esta é uma questão que, salvo melhor juízo, tem um lado positivo e outro negativo: certamente, a integração escola/sociedade representa um avanço, ao passo que o crescimento da violência traz um enorme problema. Hoje, num momento em que a educação é um direito inalienável de todos, já não é possível preservar a escola como um lugar socialmente asséptico. Outra questão que me parece muito relevante, é que a escola, na verdade, nunca foi um espaço livre de violência, pois, enquanto instituição de elite e, portanto, excludente, ela é, por definição, uma instituição violenta. A exclusão é a face oculta da violência estrutural, sempre presente, mas ocultada pelo discurso que a escola se tornou violenta apenas recentemente. Trata-se, na verdade, de uma questão de fundo ideológico que supõe ou, pior, defende a tese que a escola se



tornou violenta ao se tornar uma instituição pública para todos. Na verdade, a exclusão é uma violência estrutural/histórica de toda a escola elitista. Este argumento se sustenta no simples fato de que, enquanto na escola só havia crianças brancas, asseadas, vindas de famílias bem constituídas de classe média e média alta, violências como o assédio moral, bullying, sexismo, racismo, xenofobia, gangues etc. não tinham razão de ser, pelo menos não na dimensão que se registra quando pobres, negros, homossexuais, filhos de pais analfabetos começam a frequentar a escola que tradicionalmente não era o seu lugar. Por isso são rejeitados, violentados, assediados moralmente. O que ocorre é que a escola começa espelhar a sociedade como ela, efetivamente, é: xenofóbica, racista, sexista, violenta. Disso podemos tirar duas conclusões: a) a escola deve se empenhar ao máximo na educação das crianças e dos jovens para que abandonem e superem estas formas de violência contra o outro; b) não se pode imputar à escola a responsabilidade pela violência nem muito menos esperar ou exigir que ela seja um espaço isento das manchas sociais; uma solução definitiva só se alcança com a transformação social, para a qual a própria escola tem uma contribuição inexcusável a dar. O que está assustando muito, especialmente em escolas de periferias das grandes cidades, são os ataques violentos e destrutivos às escolas, realizados à noite ou nos fins de semana, aparentemente sem motivo algum. Não há ainda explicações plausíveis para estas formas de vandalismo, de destruição pela destruição, absolutamente injustificáveis. Entendo que deveria ser feita uma pesquisa mais sistemática para saber as verdadeiras razões e propósitos que levam os jovens a proceder desta maneira. Penso que sabemos muito pouco e, por isso, não sabemos o que fazer. Tenho por hipótese, mas não passa disso, que se trata de uma frustração inconsciente destes jovens com relação à escola que, mesmo tendo passado por ela, não conseguiram superar sua triste condição marginal. Para as pessoas nesta situação, a escola é uma instituição inútil. Nós não aprendemos ler e entender as origens e os sentidos da violência e, por isso, não alcançamos formas de superá-la. Arrisco dizer que a origem última da violência, inclusive esta que afeta especificamente as instituições escolares encontra sua explicação última no modelo social, discriminatório e injusto, que temos e não conseguimos superar. Talvez se pudesse avançar refletindo e interpretando a violência como manifestação inconsciente do vazio existencial ao qual a sociedade e o sistema econômico relega parte da sociedade. A violência emerge do vazio de sentidos; daí seu aparente sem-sentido, como se costuma dizer, o qual nem as pessoas, nem os grupos conseguem superar sem o empenho da sociedade como um todo. Nossa reação frente à violência tem a marca do individualismo, da leitura tópica da escola do 'meu' bairro, da escola dos 'meus' filhos, deixando de lado as questões estruturais de uma sociedade violentamente injusta e excludente. Esta violência estrutural é, na minha interpretação, a explicação para muitas formas aparentemente injustificáveis de violência. Claro, todos os casos de violência devem ser juridicamente averiguados e, se for o caso, penalizados na forma da lei, mas isto não resolve o problema da violência social porque sua origem é mais profunda, histórica, cultural, política e, sobretudo, econômica. Uma sociedade socialmente injusta,



por mais policialesca e repressora que possa ser, jamais deixará de ser uma sociedade violenta.

REU: É possível avaliar as transformações da violência, em linhas gerais, de um século a outro, ou da modernidade para a pós-modernidade?

Pedro Goergen: Esta é uma questão verdadeiramente complexa. Qualquer tentativa de resposta beira o atrevimento. Mesmo assim, vou arriscar uma opinião de ordem muito geral. Certamente, a violência tem a cara de cada momento histórico. Certo é que a violência acompanha a trajetória da humanidade desde os seus primórdios. Em perspectiva filogenética, sabemos que a espécie humana passou da condição animal para a humana guiada sempre pelo instinto ontogenético da luta pela sobrevivência. Somos, portanto, enquanto seres humanos, desde a mais longínqua origem, seres egoístas que lutam pela sua própria vida, pelo próprio sustento. A principal estratégia para alcançar este objetivo foi a vida em grupo, em sociedade. Separados, individualizados os humanos não teriam sobrevivido; assim o ser humano se desenvolveu como um ser social. Quanto mais regredimos em nossa história, mais grotesca é a nossa defesa pela sobrevivência e mais direto o uso da violência para alcançar este objetivo. Em cada fase de nossa evolução, a violência assume novas formas em estrita relação com a evolução dos meios, ou seja, da técnica. O fogo, a pedra lascada, o arco/flexa, a roda, a catapulta, a pólvora, os canhões e assim por diante até as armas de fogo, os navios, os aviões para chegarmos aos gases letais e às bombas nucleares, tudo são conquistas fantásticas da humanidade que garantiram sua evolução e seu avanço, mas que, em contrapartida, também oportunizaram novas formas de agressão, violência e opressão. Estes aspectos mais exteriores de violência geram, alimentam e produzem força para o fomento de outras formas, talvez ainda mais fortes, de domínio e violência nos campos da cultura, da política, da economia e mesmo da religião. A exclusão da escola não é apenas uma exclusão cultural, política, mas também uma exclusão da presença biológica, física, corporal. Daí nasce a sensação de estranhamento, de não pertencimento e da revolta. E, como no lembra Hans Ulrich Gumbrecht, o corpo é a dimensão fulcral da existência individual. Por isso, se entende porque a resposta não é apenas cultural, mas material e física. O que precisamos aprender, como disse acima, é ler a origem e o sentido da violência, se pretendemos alcançar formas de superá-la. Talvez um caminho por onde podemos avançar esta reflexão possa ser a interpretação da violência como manifestação inerente ao vazio existencial para o qual são empurradas as pessoas pelo sistema político-econômico excludente. A exclusão emerge do vazio de sentido, vazio esse que nem as pessoas, nem os grupos conseguem superar sem o empenho da sociedade como um todo. Daí os limites da mera condenação ou penalização da violência que reprimem, mas não geram esperança. Hoje o futuro já não aparece como um horizonte promissor de possibilidades, avanços e progressos para parte significativa da população, sobre cuja cabeça paira um cenário intimidante e de constante ameaça. Os jovens sofrem da nostalgia de esperança e orientação que a política,



a economia, a religião e nem mesmo a educação podem lhes oferecer. Neste sentido, a violência pode ser expressão de um crescente pessimismo que se difunde a respeito das barreiras e dos limites que o sistema impõe a certos grupos de pessoas para as quais, então, tudo tanto faz. Com a exclusão cresce o pessimismo e com o pessimismo a violência. No mais, as tentativas de superação caem no vazio enquanto o contexto prático, marcado pela desesperança e pela exclusão não lhes der arrego. Em suma, ainda relacionamos a violência demasiadamente com o caso particular, com a agressividade, digamos, tópica. Claro, todos os casos de violência precisam ser juridicamente averiguados e, se for o caso, devidamente penalizados. Mas isso por si só, como muitas vezes se imagina, não resolve o problema porque sua origem é de ordem mais profunda, social, política, econômica e cultural. A consciência desta polaridade entre a violência, ou seja, entre o ato concreto da violência, destruidor e lesivo, e o cenário mais amplo do contexto sócio econômico pode gerar um campo de força para o entendimento mais profundo e promissor em termos de superação da violência. Para isso é fulcral superar o movimento pendular dos debates entre o individual e o social na perspectiva de uma visão social de conjunto. A violência não se combate pela contra violência hoje exercida pelo Estado, mas pela superação das condições que lhe dão origem. Os jovens estão tentando reagir ao mundo, sem bem saber como; e nós nos assustamos com suas tentativas e ensaios condenando-os e, não raro, reprimindo-os com violência; não entendemos que o futuro deles não será o nosso presente, que eles precisam aprender, com direito a errar, porque são jovens preocupados com um futuro que ninguém sabe qual, como será e se será. O tempo presente com seus mundos de simultaneidade e suas novas amplitudes dificulta a constituição da identidade dos jovens à busca de alguma substancialidade num mundo que se desfaz em múltiplas simultaneidades. Os jovens desencantados à busca de alguma substancialidade buscam ancoragem fora do mundo real que não desejam. Porém, este é um mundo que não existe e que não se saber se um dia poderá ser construído. Sua crítica cultural, seus protestos, suas ocupações, suas formas de expressão obedecem a dinâmicas que não nos são familiares formando campos de tensão. Nós, os mais velhos, somos afeitos aos sentidos únicos embasados na lógica da exclusão. Olhamos para os jovens e caímos em melancólicos e recorrentes lamentos. Os jovens assumem nossa crítica à metafísica do ocidente e nós não conseguimos nos libertar da nostalgia daquilo que negamos. Nós que pertencemos a uma cultura da presença não conseguimos entender o impulso jovem que ruma para as mudanças. Os jovens que ocupam uma escola, por exemplo, sabem muito bem que aquela ocupação concreta tem apenas um valor simbólico para os seus objetivos. Eles sabem disso porque, em função do seu imaginário midiático, têm plena consciência de que aquele gesto está sendo visto por milhares que lhes dão apoio.

REU: Como se configurou a violência na modernidade e, agora, na pós-modernidade? Como ela se reflete na educação?



Pedro Goergen: Para dizer como se configura a violência na modernidade seria necessário explorar muitas vertentes, o que evidentemente não é possível no breve espaço de uma entrevista. O primeiro passo seria entrar num acordo a respeito de quando se inicia a modernidade, uma vez que a definição deste momento depende muito dos critérios, ou seja, das definições que se usa para definir o que é modernidade. Certo é que não há cortes lineares entre um período histórico e outro. As mudanças históricas sempre são prenunciadas antes de se manifestarem em plenitude e também perduram após seu declínio. Seja como for, um dos critérios mais comumente mencionados para definir a modernidade é o surgimento das ciências exatas, especialmente a física que ocorreu por volta dos séculos XVI e XVII. Trata-se da mudança profunda tanto da imagem de mundo quanto do próprio ser humano. A nova confiança do ser humano em sua capacidade de conhecer, de decifrar a natureza e o mundo, de procurar por conta própria a salvação e a felicidade, pôs sob suspeita os grandes portos seguros da Idade Média: a metafísica e a teologia. Especialmente a teologia que era o fundamento último dos dois grandes absolutismos, o da Igreja e o do Estado. Ao mesmo tempo em que estes dois poderes sempre prometeram, um a melhor organização social e o outro a salvação eterna, também exerceram as mais brutais formas de violência. A Reforma Protestante e a Revolução Francesa foram reações institucionais; Voltaire e Locke os porta-vozes individuais mais eminentes contra esta opressão, corrupção e violência, na luta pela liberdade política, econômica, social e religiosa. Os modos de vida produzidos na modernidade nos desvencilharam das estruturas sociais tradicionais, especialmente a metafísico-religiosa, em nome das quais se praticava a violência. Estas mudanças estremeceram tanto as bases seguras da Igreja quanto as do Estado, com seus respectivos absolutismos, violentamente impostos. O processo de modernização é um processo de ‘desencantamento’ dos refúgios metafísicos e teológicos pela ênfase na consciência e na subjetividade, sinalizando o valor do indivíduo que, de então em diante, seria o parâmetro máximo disso que se convencionou chamar de narrativa moderna. O sujeito cartesiano, centrado exclusivamente nas funções da consciência, fez dela o seu *habitat* histórico. Neste espaço se alinham as experiências do passado, as condições do presente e os projetos do futuro, sempre novos. Com o passar dos tempos, a grande esperança depositada na chamada narrativa moderna que levaria o homem à superação dos seus males revelou desvios e desencontros. As frustrações que se seguiram à Revolução Francesa, a proletarianização que acompanhou a Revolução industrial, os horrores da Primeira e Segunda Guerra Mundiais, a ameaçadora degradação do meio ambiente, o fanatismo religioso e as migrações, a renitente pobreza e miséria de bilhões de pessoas são apenas alguns dos marcos violentos dessa trajetória. A modernidade representa, além dos indiscutíveis avanços, uma violência contra os sentidos e a presencialidade. Seu ápice é globalização que rompe as estruturas do local e do individual, componentes transculturalmente estáveis da vida humana, sufocando-nos com desejos e necessidades cuja não realização, como sabemos desde Adorno, gera dor e sofrimento de um espetáculo que pode levar à violência como reação. A reação a estas frustrações chama-se, talvez



impropriamente, pós-modernidade, um movimento que colocou sob suspeita o conhecimento sistemático e seguro como caminho do progresso e da salvação. François Lyotard é considerado o primeiro a lhe configurar os contornos, ao falar da pluralidade de postulados heterogêneos que desestabilizam os padrões de certezas epistemológicas, das convicções éticas e, sobretudo, do subjetivismo cartesiano. Para ele, o futuro se nos apresenta como um cenário de simultaneidades imprevisíveis e o fim da cultura da presença trazendo consigo o rompimento violento da intrínseca relação entre o físico e o espiritual que nos joga no permanente fluxo, dificultando a constituição de nossa identidade. A tecnologia eletrônica alcança hoje um limiar que obstrui quase por completo a dimensão do espaço, do tempo e da presença em nossa existência, substratos indispensáveis à interconexão de nossas múltiplas experiências. Com isso, entramos numa transformação dinâmica, individual e coletiva, aparentemente sem limites. Até hoje não sabemos o que significa isso para o humano. Embora sejamos, como que condenados a viver o tempo como *big brothers* de nós mesmos, só as gerações futuras terão condições de entender o que, efetivamente, hoje acontece. Somos vítimas de um perspectivismo de vacuidade, talvez uma das piores violências que o homem sofre hoje. Somos levados, sem chance de resistência, por um presente fugaz, cuja realidade não é mais que um momento de transição para um futuro que não sabemos qual será. Metaforicamente falando, não temos mais morada ou *oikia*, um conceito ao qual os gregos, já no início de nossa cultura, atribuíam enorme valor. Estamos sempre a caminho de algo determinado não por nós, mas por um sistema que se tornou autônomo. Ou saberíamos dizer hoje como será a economia, a política, a ética, a comunicação, o meio ambiente, enfim, a vida de amanhã? Não, porque não conseguimos acompanhar a velocidade que nós mesmos imprimimos à histórica. Tentamos sempre ser *senhores*, escrevem Adorno e Horkheimer, e acabamos sendo *servos* de nosso próprio engenho, uma *horda* que não conhece seu destino, mas trabalha obstinadamente por ele, mesmo sabendo que se encontra num processo sempre já decidido de antemão. O esclarecimento, cujo propósito era dominar a natureza e o mundo, tornou-se um sistema totalitário que a todos submete e violenta. O esclarecimento consagrou a matemática, a ciência, a economia como os únicos rituais do pensamento; o pensamento que nos levaria à autonomia acabou nos reduzindo à sujeição. Inventamos a ciência para explicar e acabamos dominados porque esquecemos o verdadeiro sentido do pensamento: a liberdade. O pensamento se tornou parte reificada do sistema que nos domina; quando foge a esta regra, como no caso da estética e das humanidades, é desqualificado como inútil, desprezível. Aqui nos encontramos no centro de uma das mais importantes temáticas da educação contemporânea. A razão se tornou, como dizem os mesmos autores antes mencionados, um adminículo da aparelhagem econômica que deve ser o eixo articular da educação escolar. Analisar a proposta de reforma do ensino médio desde esta perspectiva, por exemplo, nos dá condição de entender melhor as fortes polêmicas que surgiram em torno do assunto. Mais do que isto, nos permite entender as ocupações e, num sentido mais amplo, talvez explique, de alguma forma, as descabidas violências



praticadas contra a escola. A escola se tornou uma instituição a serviço de um sistema econômico excludente. Para os excluídos esta escola não faz o menor sentido. Daí para a violência, a distância é pequena.

Pedro Goergen – Universidade de Sorocaba - UNISO | Sorocaba
São Paulo. Contato: pedro.goergen@prof.uniso.br

Revista de Estudos Universitários – REU - Maria Ogécia Drigo
– Universidade de Sorocaba - UNISO | Sorocaba | São Paulo.
Contato: maria.drigo@prof.uniso.br